

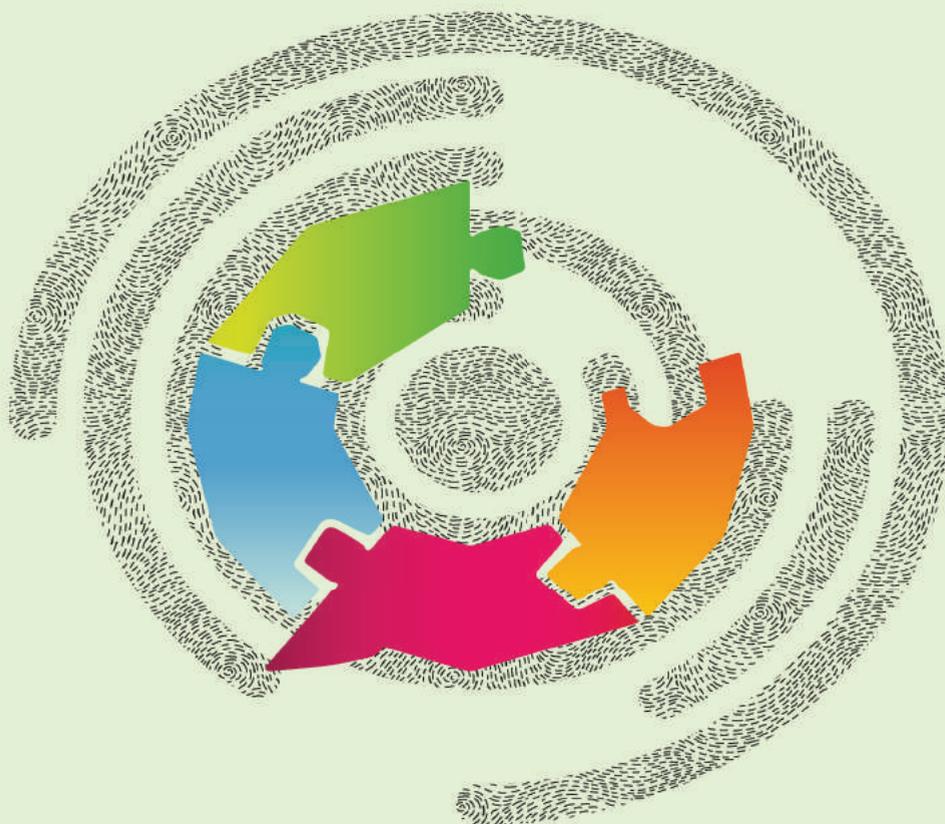
Actas

Proceedings

Colóquio Internacional Epistemologias do Sul:  
aprendizagens globais Sul-Sul, Sul-Norte e Norte-Sul

International Colloquium Epistemologies of the South:  
South-South, South-North and North-South global learnings

Boaventura de Sousa Santos e Teresa Cunha (eds)



Volume 1

Democratizar a democracia / Democratizing democracy

Junho - June 2015

## PROPRIEDADE E EDIÇÃO / PROPERTY AND EDITION

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado  
Universidade de Coimbra  
www.ces.uc.pt  
Colégio de S. Jerónimo, Apartados 3087  
3000-995 Coimbra – Portugal  
Tel: +351 239 855573/ + 351 239 855589

ISBN: 978-989-95840-5-1

## Capa e projecto gráfico / Cover and graphic design

Cristiana Ralha

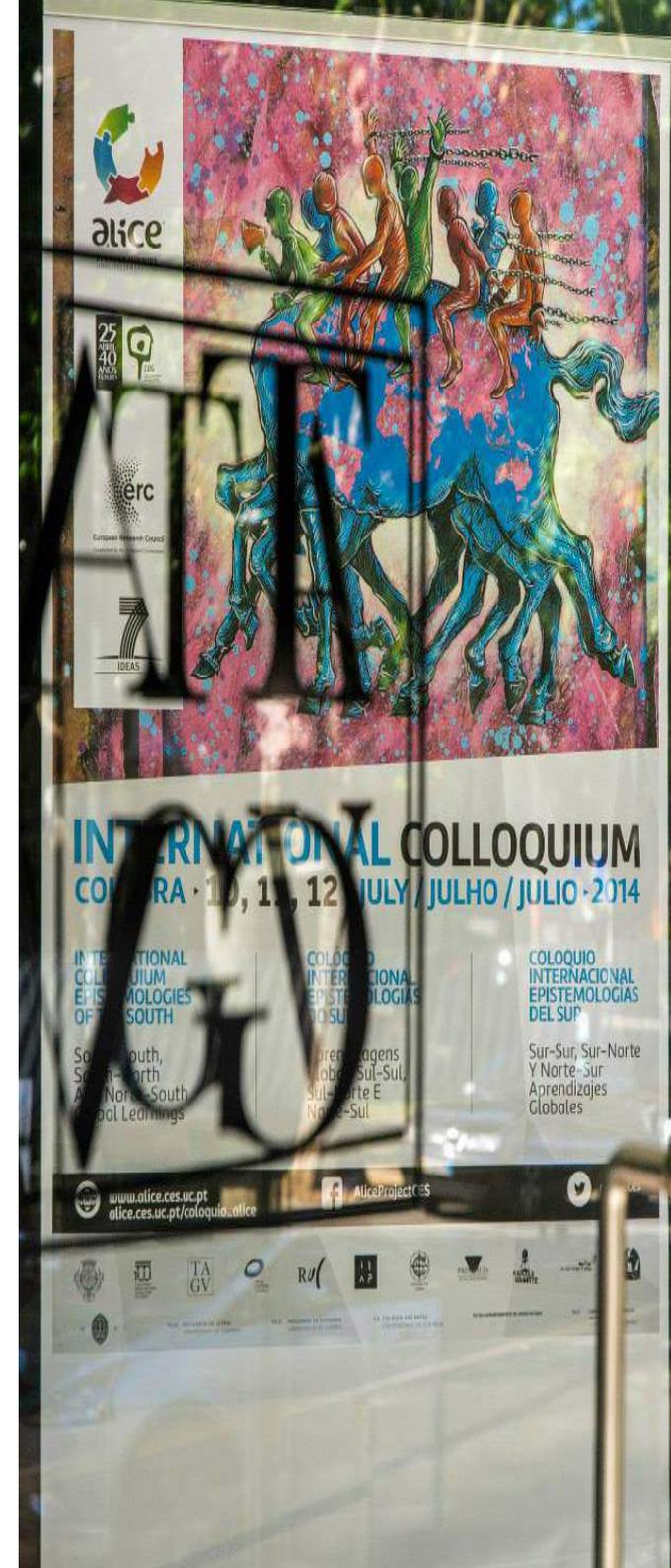
Coimbra, Junho, 2015

## COMISSÃO CIENTÍFICA DO COLÓQUIO / SCIENTIFIC COMMITTEE

Boaventura de Sousa Santos  
José Manuel Mendes  
Maria Paula Meneses  
Élida Lauris  
Sara Araújo

## COMISSÃO ORGANIZADORA DO COLÓQUIO / ORGANISING COMMITTEE

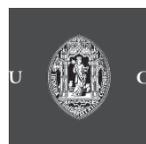
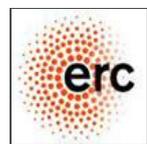
Alice Cruz  
Aline Mendonça  
André Brito Correia (Coord. do Programa Cultural / Cultural Programme Coord.)  
Antoni Aguiló  
Bruno Sena Martins  
Catarina Gomes  
Cristiano Gianolla  
Dhruv Pande  
Élida Lauris (Coord. Executiva / Executive Coord.)  
Francisco Freitas  
José Luis Exeni  
Luciane Lucas dos Santos  
Mara Bicas  
Maurício Hashizume  
Raúl Llasag  
Rita Kacia Oliveira (Coord. Executiva / Executive Coord.)  
Sara Araújo (Coord. Executiva / Executive Coord.)  
Teresa Cunha



POR VONTADE DO AUTOR E DA AUTORA, ESTE TEXTO NÃO OBSERVA AS REGRAS DO NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO

## AGRADECIMENTOS INSTITUCIONAIS

Este livro, em quatro volumes, resulta de um esforço colectivo que envolveu várias instituições e muitas pessoas a quem queremos prestar o nosso profundo agradecimento.



Universidade de Coimbra



Colégio das Artes da Universidade



Departamento de Arquitetura da Faculdade



Escola da Noite / Teatro da



Faculdade de Economia da



Faculdade de Letras da



University of Coimbra



College of Arts of the University of



Department of Architecture of the Faculty



Escola da Noite / Teatro da



Faculty of Economics of the



Faculty of Arts and Humanities



Machado de Castro National



NES - Núcleo de Estudantes



NES - Sociology Student Body



RUC - Radio Universidade de



RUC - Radio Universidade de

Este livro de Actas foi elaborado no âmbito do projecto de investigação “ALICE – Espelhos Estranhos, Lições Imprevistas: Definindo para a Europa um novo modo de partilhar as experiências do Mundo”, coordenado por Boaventura de Sousa Santos (alice.ces.uc.pt), no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra – Portugal. O projecto é financiado pelo Conselho Europeu para a Investigação, 7º Programa Quadro da União Europeia (FP/2007-2013) / ERC Grant Agreement n. [269807].

## INSTITUTIONAL ACKNOWLEDGMENTS

These Proceedings, in four volumes, would not have been possible without the kind support and help of many individuals and organizations. I would like to extend our sincere thanks to all of them.

This book of proceedings was elaborated as part of research project “ALICE – Strange Mirrors, Unsuspected Lessons: Leading Europe to a new way of sharing the world experiences”, coordinated by Boaventura de Sousa Santos (alice.ces.uc.pt), at the Centre for Social Studies of the University of Coimbra – Portugal. The project is financed by the European Research Council (ERC), 7th Framework Programme of the European Union (FP/2007-2013) / ERC Grant Agreement n. [269807].

# A CARTOGRAFIA E OS MAPAS ENQUANTO FERRAMENTAS DE ANÁLISE DO SOCIAL: RELEITURA A PARTIR DE ALGUMAS DAS CONTRIBUIÇÕES FACULTADAS POR BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS



Francisco Freitas<sup>1</sup>

## Resumo

Os mapas ou cartogramas constituem elementos de comunicação e representação sobre o real. São ferramentas de leitura do espaço e, por inerência, de leitura do tempo, mas serão sobretudo ferramentas da análise das intrincadas relações estabelecidas entre estes dois conceitos. Constituem instrumentos para leitura do intangível e do desconhecido. Permitem visibilizar, permitem invisibilizar, podem fornecer sentido a um lugar pela sua construção simbólica ou, por outro lado, objetar a sua leitura. Têm servido múltiplos campos do conhecimento e a sua presença hoje é, no mínimo, alargada - quase todos recorremos a mapas de natureza diversa em menor ou maior grau de aquiescência. Os mapas, na sua ligação ao direito internacional, foram e continuam a ser instrumentos primeiros de afirmação de poder. Constituem, desde há muito, ferramentas de emancipação. Podem, como tal, constituir ferramentas de resposta ao desafio essencial de reforço de formas alternativas de pensar alternativas, tal como é sugerido por Boaventura de Sousa Santos.

O papel da cartografia relativamente aos modos de produção de poder ou na sua ligação ao direito e ao direito internacional já foi alvo de uma exaustiva análise por parte de Boaventura de Sousa Santos (1987; Santos 1988; Santos 1995). Partindo destas formulações, a proposta constante deste ensaio constará de duas dimensões distintas. Por um lado, haverá espaço para uma tentativa de apreender o significado dos mapas enquanto mecanismos da representação e construção do real. Por outro lado, será visada uma discussão sobre alguns dos significados diretamente derivados da cartografia, concretamente algumas das divisões instituídas e quais os fundamentos históricos das mesmas.

**Palavras-Chave:** Mapa, Cartografia, Cartografia Simbólica, Sistemas de Projeção, Sul Global.

## Abstract

The maps, or cartograms are elements of communication and representation on the real. Are reading tools of space and, by extension, the reading time, but will be especially intricate analysis tools relations established between these two concepts. Constitute instruments for reading of intangibles and the unknown. Allow you to visualize, allow making, can provide meaning to a place for their capital buildings or, on the other hand, object to read. Have served multiple fields of knowledge and your presence today is, at least, extended-almost all we use maps of diverse nature to a lesser or greater degree of acquiescence. The maps, in its connection to the international law, have been and continue to be first instruments to claim power. Are long, tools of emancipation. Can, as such, constitute essential tools for response to the challenge of strengthening of alternative ways of thinking about alternatives, as suggested by Boaventura de Sousa Santos.

The role of cartography in relation to production modes of power or connection to law and international law has been the subject of an exhaustive analysis by Boaventura de Sousa Santos (1987; Santos 1988; Santos 1995). Leaving these formulations, the proposal in this essay will appear in two distinct dimensions. On the one hand, there will be space for an attempt to apprehend the meaning of maps as mechanisms of representation and construction of reality. On the other hand, will be aimed at a discussion about some of the meanings directly derived from the mapping, specifically some of the divisions imposed and which the historical foundations of the same.

**Keywords:** Map, mapping, Symbolic Cartography, projection systems, Global South.

<sup>1</sup> Francisco Freitas [franciscofreitas@ces.uc.pt] é presentemente investigador júnior no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra [www.ces.uc.pt]. Para lá da cartografia e dos mapas, os seus interesses de investigação centram-se nos grandes dados e nas metodologias de investigação, incluindo os métodos e técnicas digitais

“São precisos diferentes pontos de vista para se ver a verdade”<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

Este ensaio visa analisar alguns aspetos definidores da cartografia enquanto forma de representação e de construção do real, cruzando elementos distintos, dados por um lado pelo rigor e precisão advindos da ciência cartográfica e suas projeções matemáticas, por outro lado por toda a herança advinda da construção de mapas enquanto forma de arte. Estes são dois polos relacionados entre os quais navegam, desde há muito, as diferentes propostas de representação cartográfica<sup>3</sup>.

Num primeiro momento, este ensaio versará alguns recortes da obra de Boaventura de Sousa Santos, nas suas referências à cartografia simbólica, no recurso que efetua a várias metáforas de cunho espacial e cartográfico. Para tal, será importante dar conta da própria topografia do pensamento deste autor, para enquadramento destas referências. Numa fase ulterior, procurará versar-se a cartografia em si, procurando responder à questão do que é um mapa efetivamente e quais as consequências que a criação e acumulação de significados cartográficos gerou na perceção de várias das geografias de um ponto vista político. Reportamo-nos aqui a elementos tais como as noções de Norte Global ou Sul Global, procurando-se apresentar o papel assumido pela própria cartografia na constituição das próprias linhas abissais em que se funda a modernidade ocidental.

## UMA CERTA CARTOGRAFIA DO PENSAMENTO DE BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS

São várias as referências à cartografia e à geografia na obra de Boaventura de Sousa Santo. Será, por isso, importante facultar uma breve representação do amplo terreno teórico oferecido por este autor. Nesta descrição, haverá naturalmente espaço para referências topológicas. Significará isso dar boa conta de alguns dos marcos teóricos no pensamento deste autor, que contextualizem ou situem os mapas, geográficos ou não, na sua obra. Significará, também, dar conta de todos os acidentes no terreno, ou seja, explicitar quais as principais mutações nos referentes utilizados por este pensador, dado que cuidamos aqui de um pensamento dinâmico, que abarca mais de três décadas e que tem progredido ao longo do tempo em várias direções e à luz, desde logo, das constantes transformações sociais que vão sendo operadas.

Será eventualmente possível referenciar ou destacar três momentos fundamentais: pós-modernidade, pós-colonialidade e pós-abissalidade. A superação do paradigma da modernidade é debatido, num momento inicial, no livro *Um Discurso Sobre as Ciências*

2 A partir do mapa “What’s Up? South!”, do coletivo ODT. Tradução do autor.

3 Uma primeira versão deste ensaio foi revista e comentada em todo o detalhe por Teresa Cunha, pelo que o resultado deste trabalho é devedor do apoio prestado e das ideias partilhadas por essa via - é feita, como tal, a devida nota de reconhecimento e de agradecimento.

(1987). É nesta publicação que enceta a análise sobre as insuficiências da ciência moderna na anulação de outras formas de conhecimento, assim como para as dicotomias advindas do projeto da modernidade e que encontramos, novamente, nas publicações que servirão de base a este ensaio. É já aqui proposta uma complementaridade entre ciência moderna, por norma reducionista, e senso comum. A dupla rutura epistemológica é depois sugerida em *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna* (1989). A lógica da pós-modernidade é novamente instigada em *Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade* (1994).

Será provavelmente em *A Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência* (2000) que é assumido um corte com uma versão do marxismo que, na busca pela totalidade, gera visão do mundo restrita e excludente. Constituirá este um novo momento de reconhecimento de diversidade. Na *Gramática do Tempo: Por Uma Nova Cultura Política* (2006), o autor, num registo de autocrítica, abandona o princípio de pós-modernidade a partir de uma diferenciação entre pós-modernismo celebratório e, mais importante, pós-modernismo de oposição, no qual se posiciona. O primeiro anula a lógica de ação dada pelos projetos coletivos e a utopia da transformação social, o segundo remete para uma pluralidade de projetos coletivos e a substituição de uma teoria geral sobre a transformação social, um ensejo inalcançável.

É neste ponto que introduz a questão colonial. De facto, um projeto emancipatório implica ter em conta o colonialismo, uma vez que a matriz pós-colonialista não é capaz de articular devidamente a relação entre colonialismo e capitalismo, não tendo como tal em conta as diferenças económicas, sociais e políticas, o que remete para a “reinvenção da emancipação social” segundo Boaventura de Sousa Santos. É uma tentativa de superação de elementos tais como o reordenar da história, de explicitação da relação entre modernidade e colonialismo no sistema mundo, da história do eurocentrismo, do racismo, do patriarcado, do poder, das ambivalências da modernidade, concretamente do racionalismo técnico e científico e da racionalidade histórica instituídos por esta. É desta forma que surge espaço para o conceito de Sul Global<sup>4</sup> na sua obra, um Sul não-geográfico, como a metáfora do sofrimento humano e eco das relações Norte-Sul, que cristalizaram uma geopolítica gerada a partir da expansão colonial europeia e que é apresentada hoje sob a capa da globalização neoliberal. O corolário desta aceção remete para o princípio de o término do colonialismo enquanto relação política não ter significado o término do colonialismo enquanto relação social, algo que poderá ser lido em múltiplas esferas (Santos 2004).

Será posteriormente com as *Epistemologias do Sul* (2009) que são veiculados vários dos preceitos teóricos anteriormente referidos a partir de outras formulações epistemológicas, com um cariz inclusivo e alternativo. Este será um momento de pensamento pós-abissal, em que diversas premissas são estabelecidas. A saber: a epistemologia moderna assumiu um cariz dominante e universal e foi imposta através de meios violentos a populações não-ocidentais

<sup>4</sup> Originalmente a partir da Conferência de Bandung de 1955, momento fundamental de procura por visão não-ocidental de uma visão para o mundo e de promoção das relações Sul-Sul entre países de África e da Ásia na sua luta pela libertação e pela oposição ao colonialismo.

e não-cristãs; o colonialismo e o patriarcado “vis-à-vis” com o capitalismo suprimiram os conhecimentos locais e toda a riqueza que se associa aos mesmos, procurando impor uma forma única de ver o mundo e com isso gerando desperdício de experiência. As alternativas à epistemologia dominante deverá provir das Epistemologias do Sul, com o intuito de, desde logo, reparar as consequências causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo. O corolário destas premissas é conhecido: a existência de dois “universos” distintos, o assumir da impossibilidade de coexistência nos dois lados da linha/fratura abissal, assim como a produção de não existência como resultado da ação da ciência moderna (Santos and Meneses 2009, 24).

## ESPAÇO E TEMPO COMO ELEMENTOS DE SUPORTE À ANÁLISE

Na vasta obra de Boaventura de Sousa Santos, da qual foram destacadas algumas entradas apenas, os mapas e a cartografia surgem como mecanismos de natureza, sobretudo metafórica, de ilustração da realidade. São mecanismos com uma forte componente sensorial, que permitem a quase obtenção de imagens a partir de descrições em texto, com base em ilustrações em que é central a variável espaço. No mesmo sentido operam os espelhos enquanto objetos de representação/reprodução da realidade, uma outra importante componente do seu trabalho, uma analogia que estabelece múltiplos pontos de contacto com a cartografia<sup>5</sup>. A um nível mais alargado e para uma introdução à dimensão de experiência sensorial da própria visão, conferir a proposta de Markus Banks, que refere que enquanto experiência sensorial, ver não será algo natural, é uma interpretação, como não serão naturais as representações derivadas da visão, sejam pinturas, filmes, desenhos ou fotografias. A explicação para esta assunção baseia-se na ideia de que a imagem que se forma na retina e é interpretada pelo cérebro, segue num fluxo contínuo, enquanto as representações de segunda ordem são discretas e produtos de uma determinada intencionalidade (Banks 2005, 7).

Como é realizada, então, a construção de quadros teóricos e a definição de determinados conceitos fundacionais através da sua ancoragem em elementos de espacialidade? Qual a vantagem dos mesmos? Será a cartografia um elemento importante para a descolonização do saber e para a construção de um pensamento pós-abissal, tal como é requerido? Qual a sua prevalência na intrincada relação entre espaço e tempo? O que representa a cartografia para as tentativas de superação de visões de tempo linear, de acordo com a formulação de o Carl Schmitt (1950)?

O conhecimento humano prático requer familiaridade com o mundo físico. À semelhança de outros filósofos do Iluminismo, John Locke debruçou-se, de forma exaustiva, sobre estes mecanismos de percepção sensorial, mais concretamente para a capacidade para, de forma

5 Sobre esta tematização dos espelhos, conferir os capítulos “Entre Próspero e Caliban: Colonialismo, Pós-Colonialismo e Inter-Identidade” (Santos 2006) e o registo de autoetnografia oferecido no capítulo “The law of the oppressed: the construction and reproduction of legality in Pasargada” (Santos 1995).

passiva, inclusivamente, se captar ideias a partir do mundo exterior<sup>6</sup>. Parte-se desta ideia simples de espaço derivado das perceções visuais e táteis, numa separação tridimensional de corpos distintos. Locke apresenta o espaço como um “continuum”, com partes inseparáveis e inamovíveis. Locke descarta, de forma enfática, a identificação da filosofia natural cartesiana do espaço com o corpo (Locke, 1689, XIII). Para o tempo, é estabelecido um padrão de análise semelhante. Se considerada, por exemplo, a sucessão de ideias através do movimento de objetos externos, tal permite o emergir da ideia de duração, conceito a partir do qual se derivam todos modos de medição de tempo e de duração temporal.

As noções de espaço e tempo ficam então sujeitas a uma analogia sistemática, sendo concebidas como experiências limitadas, ainda que sejam aplicáveis a durações infinitas. Espaço e duração são contínuos e indiferenciados, mas permitem a designação de local e tempo em relação a pontos rígidos de referência. O tempo e o espaço são divisíveis até ao infinito, ainda que as suas partes sejam inseparáveis (Locke, 1689, XV). É neste quadro de organização da experiência de cada um, no seio de um espaço tridimensional, que se funda a ideia de tempo linear. É este princípio de tempo linear que é alvo de crítica por parte de Boaventura de Sousa Santos, que sugere esta conceção de tempo como um resultado da expansão do capitalismo, que reduz a multiplicidade de tempos através de conceitos como progresso, por exemplo.

Como é perceptível, os usos da cartografia por parte de Boaventura de Sousa Santos não remetem para mapas geográficos em si, mas mais para elementos simbólicos ou para os conceitos que se associam a estas representações pictográficas que auxiliam a leitura dos quadros teóricos apresentados. Naturalmente são arrematados elementos da ciência cartográfica, mas a explicitação de determinado mapa faz-se sobretudo pela construção de analogias e de produção de elementos metafóricos na leitura que é produzida sobre o real. Tal insere-se nos princípios de “spatial turn” (SP) ou “topographical turn”<sup>7</sup> (TT).

Por SP, entende-se a mudança operada no pensamento nas humanidades e nas ciências sociais e que passou pela inclusão do espaço como dimensão explicativa da realidade. Constituiu uma mudança paradigmática, encetada inicialmente pelos finais dos anos 80 do século passado. Trata-se de uma nova visão do mundo, que visa implicar novos atores e instituições não considerados até esse momento. Neste exercício de interpretação, é explicitado, contudo, que o espaço por si não determina a ação social, fornecendo antes um contexto de atuação. O espaço, por isso, poderá facilitar a ação social e criar um estímulo para a ação social. São visões provindas do pós-modernismo e do princípio de desconstrução, influenciadas por autores tais como Michael Foucault<sup>8</sup> ou Edward Said<sup>9</sup>. Esta é uma forma de, desde logo, conferir alguma sobressaliência à variável espaço, utilizando-a para a

6 Conferir capítulos II e IV do mesmo livro para descrições mais detalhadas do entendimento sobre conhecimento sensível.

7 Também *topological turn*.

8 Por exemplo no artigo “Of other spaces: utopias and heterotopias” (1997).

9 Em *Orientalism* (1978).

compreensão da realidade humana.

Este enfoque no espaço teve uma motivação particular na sua génese. Constituiu, de facto, uma resposta por parte das áreas de conhecimento referidas a um viés ontológico e epistemológico que privilegiava o tempo relativamente ao espaço em todas as ciências humanas<sup>10</sup>, incluindo as disciplinas que implicam um enfoque especial na dimensão espacial, tais como a geografia ou a arquitetura (Soja 2009). Este SP visa, assim, o espacializar das narrativas históricas (Weigel 2009). Isso não significa, todavia, que seja possível perceber qual a dimensão exata da influência do espaço nas interações sociais, como pode gerar-se aquilo que é designado como a armadilha do espaço – o conflito entre o significado que é atribuído a determinado espaço, a partir da interpretação, e o significado que tal espaço assume, que é construído, uma vez que o espaço, por si só, não tem qualquer significado<sup>11</sup> (Hess-Lüttich 2012)topological turn.

Os estudos culturais relembram, desta forma, que cada conceito remete para referências geográficas, para um determinado espaço, para um determinado contexto. É nesse sentido que é assumido que não apenas os espaços são constituídos socialmente, como ainda que as relações sociais são constituídas espacialmente (Santos 1995, 404).

Na obra de Boaventura de Sousa Santos, na linha dos estudos culturais, o conceito de espacialidade permite uma articulação entre relações sociais e o espaço. O conceito de espacialidade permite, por sua vez, uma ligação às temporalidades. Esta formulação é importante porque demarca, com clareza, a ligação entre espaço e tempo, especificamente os espaços como espaços-tempo e as espacialidades como temporalidades (Santos 1995, 456). Boaventura de Sousa Santos parte destas referências para introduzir, por exemplo, as noções de copresença e contemporaneidade, explicando que, numa conceção sociológica, os processos sociais juntam num determinado espaço-tempo diferentes temporalidades e espacialidades, alguns processos sociais que podem ser performativos ou autorreflexivos (Santos 1995, 457).

A cartografia simbólica é uma conceptualização proposta por Boaventura de Sousa Santos para uma análise do papel do Direito. Face ao paradigma nos mapas de escala/projeção/simbolização, que são devidamente aclarados pelo autor, é sugerida uma substituição por um paradigma de correspondência/não correspondência<sup>12</sup> para minimização de todos mecanismos de distorção da realidade inculcados pela cartografia (Santos 1995, 460). A cartografia simbólica deverá ter em conta dimensões fundamentais, tais como as metáforas espaciais. Se a escala, projeção e simbolização não constituem elementos neutros, significa que implicam escolhas, como a promoção de determinados interesses e a supressão de outros. A proposta que subjaz a este quadro é direta: uma cartografia simbólica do Direito, combinada com uma conceção do legal do Direito pluralista. Tal permitirá lidar com as especificidades da

10 Não é explorada, todavia, a importante noção de tempo não-linear.

11 Ou seja, este significado é um resultado de algo que é culturalmente construído.

12 Originalmente uma analogia Direito nos livros, Direito em ação.

imaginação legal e da construção legal da realidade com uma maior profundidade analítica, em novos mapas. Em definição e a partir desta proposta, a cartografia simbólica do Direito funciona como mecanismo de reconhecimento de outras formas de Direito (Santos 1995, 470–473).

## O QUE É A CARTOGRAFIA E O QUE REPRESENTA UM MAPA?

A cartografia<sup>13</sup> é a ciência que trata da concepção, produção, difusão e estudo dos mapas (ou cartas). Os mapas são, como tal, elementos da cartografia e correspondem a representações visuais de determinado elemento ou espaço. O recurso a mapas será pelo menos tão antigo quanto a comunicação escrita e o seu florescimento não remete para a ascensão do ocidente ou para o período do chamado excecionalismo europeu, ao contrário do que tantas vezes é sugerido<sup>14</sup>. A história dos mapas e da cartografia implica tarefas várias de descolonização do saber exatamente porque, no decurso da história, não raras vezes os mapas serviram propósitos políticos, através de representações do espaço para sustentação de um projeto de dominação, como será clarificado num momento subsequente.

O termo cartografia foi proposto no século XIX pelo visconde de Santarém e adotado internacionalmente. Das muitas definições propostas, refere-se aqui a definição marcadamente abrangente adotada pela Associação Cartográfica Internacional (1966):

(...) conjunto de estudos e operações científicas, técnicas e artísticas que, tendo por base os resultados de observações diretas ou da análise de documentação, têm como objetivo a elaboração de mapas, cartas e outras formas de expressão ou representação de objetos, fenómenos físicos e socioeconómicos, bem como a sua utilização.

A existência dos mais diversos tipos de plantas, cartas e mapas permite que utilizadores das mais variadas formações profissionais, através da sua utilização, desenvolvam estudos, análises e pesquisas relativos à sua área de atuação ou suporte até a determinada teorização. A cartografia é um instrumento fundamental no auxílio ao planeamento, organização e administração dos governos. É uma ferramenta vital para todo um conjunto de atividades porque assume essa dimensão de conhecimento e, concomitantemente, de poder. A cartografia tem-se, também, revelado uma ferramenta importante no identificar nas dinâmicas sociais.

13 Do Grego *chartis* (mapa) e *graphein* (escrita).

14 Ver, por exemplo, a cartografia gerada na China num momento muito anterior ao expansionismo Europeu. Os Chineses detinham, desde há muito, uma grande tradição na produção de mapas, anterior ao “ano domini”. Como evidência deste conhecimento, pode referir-se o domínio do magnetismo terrestre, força que move a agulha de uma bússola para Norte e que foi utilizada pelos chineses décadas antes de introduzida no Ocidente. De referir, contudo, que muitos dos mapas deste período representam a China ao centro e não evidenciam um grande conhecimento de outros países ou continentes (British Library 2014). Ainda assim, não se identificando claramente o seu começo, o mesmo inscreve-se num período longínquo, como subsistem também grandes zonas de sombra e a história da cartografia chinesa ainda tem de ser devidamente aclarada (Yee 1994).

Estas são definições genéricas, de âmbito alargado, que permitem a inclusão de uma série de práticas muito distintas sob este mesmo rótulo. Veremos, seguidamente, exemplos de conceptualizações que se afastam das práticas facultadas pela ciência cartográfica. Um elemento comum subsiste: em todo o caso estamos sempre perante representações de determinada realidade ou figuração, de espelhos mais ou menos fieis à realidade. Os mapas são o produto da cartografia e correspondem a formas visuais de organizar conhecimento sobre determinada realidade ou território. São, concomitantemente, formas de fragmentação da realidade, de redução de elementos tridimensionais para um plano, ou seja, representações bidimensionais (Kryger and Wood 2005).

Os mapas geográficos servem, de forma simples, para anular o efeito curvo da superfície terrestre e, com isso, conseguir a sua representação num plano bidimensional. Através do recurso a uma escala de representação, é possível reduzir um determinado espaço, exatamente através de uma representação, a um tamanho que seja possível de manusear e visualizar. Tudo isto é operado de uma forma sistemática. Consequências destas ações? Diversas. No âmbito da ciência cartográfica, um mapa significa a utilização de um sistema de projeção, de uma escala, de coordenadas, de todo um reportório rigoroso baseado nas projeções matemáticas. Passaremos a indicar de que consta cada um e porque, em conjunto, permitem a definição de um sistema de coerente de comunicação com uma dimensão política que não deve ser ignorada.

Os mapas e a cartografia estão intimamente ligados à ascensão do Estado-Nação ou do Estado Moderno, oferecendo uma materialidade e uma representação a essa entidade abstrata. O Estado é teorizado por Boaventura de Sousa Santos como uma realidade artificial, uma criação da modernidade por comparação com a sociedade civil<sup>15</sup> (1995, 411). De facto, os mapas funcionaram como instrumento de poder e como instrumento de afirmação do próprio Estado Moderno, desde logo porque permitiram oferecer uma imagem do mesmo ou situá-lo, de uma forma relacional, face aos demais estados, através da demarcação de fronteiras. Por vezes, os mapas não se apoiaram em limites geográficos ou na orografia existente, sendo o caso paradigmático deste tipo de ação o reinterpretar do continente Africano a partir da Conferência de Berlim no século XIX, num dos exemplos mais dramáticos de apropriação real e simbólica do espaço.

Os mapas cruzam inúmeras vezes elementos da ciência cartográfica com desígnios políticos, de poder e de controlo. Os mapas são uma forma poderosa de pensar acerca da terra (Kryger and Wood 2005). Podem assumir as mais diversas formas. A orientação de um mapa é dada pela relação entre a direção no mapa e a direção correspondente de uma bússola na realidade que é representada. A principal convenção cartográfica indica que o Norte está colocado no topo do mapa. Esta não é uma convenção universal. Deriva da tradição ocidental de cartografia. Para Denis Wood (2010) no final do seu livro sobre o poder destes dispositivos para introduzir

---

15 A conceptualização é, todavia, mais complexa e é estabelecida a partir precisamente da distinção entre Estado e Sociedade Civil, incluindo posteriormente o Mercado, uma tríade que não será explorado no presente ensaio.

desta discussão, são os mapas que pela sua articulação com a cidadania dão forma ao Estado e às suas fronteiras policiadas, que enquadram os corpos taxáveis<sup>16</sup>, os corpos que podem ser tornados em soldados, do corpo do trabalhador, do corpo que pode ser remetido para a prisão (2010, 254–255). Este erigir de fronteiras é, novamente, a representação do estado moderno. Reportamos, portanto, uma noção muito específica de fronteiras, que remete para a divisão e controlo político de determinado território. A definição de um território apoia-se no seu mapeamento, mapas que por um lado representam, por outro lado constroem. Sabe-se, todavia, que esta é uma noção ocidental de território, que remete para o pensamento político ocidental, que se consubstancia com uma ampla história de formação desta visão de ordenamento do mundo através de mecanismos de divisão, controlo e administração (Elden 2013).

### MAPAS E A REALIDADE: UMA CORRESPONDÊNCIA IMPERFEITA

Um regresso ao entendimento de Boaventura de Sousa Santos sobre os mapas permite apreender o papel dos mesmos enquanto elementos conceptuais. Para este autor, os mapas são elementos de distorção da realidade através dos mecanismos de redução e generalização, que comprimem ou expandem formas e distâncias, uma vez que, para serem funcionais, estes não podem ser coincidentes ponto por ponto com a realidade. Esta distorção da realidade é sistemática e controlada, através dos mecanismos da escala, da projecção, e da simbolização (Santos 1995, 458–459). Esta é uma interpretação que se afasta da idealizada pela ciência cartográfica. De facto, existem mecanismo de precisão, de rigor, de controlo de qualidade, ou até o facto de a cartografia se servir de vários mapas para a ilustração de vários temas, em conjuntos coerentes, permitem questionar esta visão determinística de cartografia. Por outro lado, também é verdade que existem os fatores sensoriais, que influenciam a leitura que é proporcionada por qualquer mapa, algo a florado anteriormente. Em todo o caso e fim de delimitar estas duas visões contrastantes de cartografia, será importante assinalar que Boaventura de Sousa Santos remete para um uso simbólico, ilustrativo, da aceção de mapa e de todo o conjunto de metáforas geográficas que atravessam muita da sua obra. Se os mapas constituem em em si representações, o uso dos mesmos passa pela comunicação efetiva de algo a determinada audiência (i.e. para quem não conhece o território) e essa é uma avaliação que não é proporcionada se se pensar unicamente na representação, seja metafórica, seja geograficamente constituída. Esta é uma visão na linha oferecida por Jorge Luís Borges, que descreveu de uma forma precisa a relação entre mapa e território e, concomitante, dos limites de uma representação<sup>17</sup>:

Naquele império, a Arte da Cartografia alcançou tal Perfeição que o mapa de uma única Província ocupava uma cidade inteira, e o mapa do Império uma Província inteira. Com o tempo, estes Mapas Desmedidos não

16 Do termo em inglês *body*, uma formulação coincidente com o arquétipo facultado por Michael Foucault e que, neste contexto, tem o mesmo sentido, até porque remete para a dimensão de poder do Estado enquanto instituição.

17 Partindo de *Sylvie and Bruno Concluded* de Lewis Carroll (1889).

bastaram e os Colégios de Cartógrafos levantaram um Mapa do Império que tinha o Tamanho do Império e coincidia com ele ponto por ponto. Menos Dedicadas ao Estudo da Cartografia, as gerações seguintes decidiram que esse dilatado Mapa era Inútil e não sem Impiedade entregaram-no às Inclemências do sol e dos Invernos. Nos Desertos do Oeste perduram despedaçadas Ruínas do Mapa habitadas por Animais e por Mendigos; em todo o País não há outra relíquia das Disciplinas Geográficas. (Borges 1982, 117)

Por outras palavras, a ideia de uma representação ponto por ponto da realidade é impossível, ao contrário do que o saber absoluto hegeliano ou a ciência de índole iluminista tentaram tantas vezes sugerir, e tal como é contestado por Boaventura de Sousa Santos. Na prática, um mapa é sempre uma modelação limitada, nunca total, ainda que determinados conceitos ou métodos possam sugerir o contrário. Borges explica-nos que o sucesso absoluto da representação seria o seu próprio fim. Não se abdicando da representação, será certamente útil questionar em todo o caso a própria representação e sua convencionalidade, algo que deverá, então, ser transposto para os mapas. Depois, porque uma representação implica uma visão do mundo nas suas metáforas, através de tudo o que é fornecido, oferecido, herdado, sem que seja vivido por vezes. Por último, porque evidentemente o mapa perfeito é uma aspiração impossível de concretizar, tal não significa o não recurso a este instrumento enquanto espelho de determinada realidade - daí o recurso a metáforas de ordem diversa sempre que se produz cartografia.

## **O POLÍTICO A PARTIR DOS MAPAS E DA CARTOGRAFIA: UMA ORIGEM**

No século XV assistiu-se a um renascer da cartografia devido essencialmente a três fatores: terá sido descoberta e traduzida de árabe para latim o já referido tratado de Ptolomeu “Geografia”, surge a invenção da imprensa pelo germânico Gutemberg, que veio facilitar consideravelmente não só a produção, reprodução, como também a própria divulgação dos mapas e, por fim, surge a expansão ultramarina a partir do espaço europeu, com consequências ao nível do conhecimento do mundo e da forma de o representar nos cartogramas de então. Estes cartogramas passam a constituir ferramentas vitais para suporte a um projeto de dominação. O Mundo passa a ser visto globalmente, como um todo. É estabelecido um centro. São cunhadas designações que ainda hoje subsistem. Desta visão global, emergem divisões várias, são reforçadas as ideias ou, mais corretamente, as abstrações dadas por Norte, Sul, Ocidente, Oriente, entre muitas outras.

Este esforço de representação significa, então, a criação de abstrações, de espaços, de significações. O celebrado Mapa de Waldseemüller ou Universalis Cosmographia poderá constituir um exemplo desse cunhar da realidade através da cartografia. O Mapa de Waldseemüller é um mapa do mundo impresso pelo cartógrafo e monge germânico Martin

Waldseemüller, originalmente publicado por volta de 1507. Será o primeiro mapa-mundo a utilizar o termo “America”<sup>18</sup>. Este mapa foi elaborado a partir de uma modificação da segunda projeção de Ptolomeu, expandindo-a para acomodar as Américas e as latitudes mais elevadas. A acompanhar o mapa, surgiu um texto denominado *Cosmographiae Introductio*, da autoria de Martin Waldseemüller e Matthias Ringmann.



Mapa 1: Mapa de Waldseemüller. Este mapa de parede de grande dimensão e detalhe consta de doze folhas no total. Sobrevive uma única cópia, em exibição na Biblioteca do Congresso de Washington DC. Este mapa é importante porque levanta inúmeras questões para as quais não existem respostas conclusivas. Como foi, por exemplo, desenhar tão detalhadamente e com tanto rigor a América do Sul? Como foi possível representar um vasto oceano a oeste do continente americano antes de ocorridas as explorações europeias no próprio Pacífico por Vasco Núñez de Balboa ou Fernão de Magalhães? Como foi possível produzir um mapa tão rigoroso contemplando conhecimentos sobre determinadas áreas que não estariam disponíveis à data da elaboração? Porque subsiste uma cópia unicamente? Como o tão pequeno grupo de cartógrafos conseguiu produzir algo radicalmente diferente do que existia à época e tão próximo da visão do mundo que subsiste presentemente? (Hessler 2008).

18 Uma hipótese explicativa para esta designação, advém de Americus, a derivação em latim do nome Amerigo. Amerigo Vespucci foi um explorador, navegador, cartógrafo e financeiro de Florença, o primeiro a evidenciar que o Brasil e as Índias Ocidentais não representariam a parte leste da Ásia, tal como terá sido proposto por Cristovão Colombo nas suas quatro expedições. Este seria, assim, um outro continente, um supercontinente, identificado a partir dos contributos de Amerigo e outros navegadores. Este espaço foi entretanto batizado de *Mundus Novus* por Amerigo numa carta em que descreve as expedições efetuadas entre 1501 e 1502 e na qual explica que este território, ao contrário do que se supunha, não estava conectado ao Antigo Mundo, representando um novo continente (Lester 2009).



Um dos ditames subjacentes aos estudos pós-coloniais tem sido o de evidenciar a história para lá da própria história, da história de narrativa única, de cunho marcadamente eurocêntrico, que não dá conta da diversidade do mundo e das outras narrativas que estão para lá do cânone ocidental e do ascendente que foi preconizado em determinado espaço temporal. Tal como já foi afluído, a cartografia assumiu um papel na construção de determinadas narrativas. Nesse sentido, adivinha-se que a mesma tenha um registo duplo, tanto de explicitação dos diferentes mundos, como de encobrimento da realidade.

Face à narrativa expansionista europeia, o que significou o ano de 1500? Constituiu momento fundador para algo? Representará, desde logo, um marco de referência do período de excecionalismo<sup>19</sup> europeu e do projeto colonial encetado a partir de tal espaço, que se prolongou por cinco séculos e por diferentes centros de poder. Denis Wood faz uso deste marco histórico exatamente para explicar que houve história e existiram mapas muito antes desta época. Como aliás já foi referido, sempre existiram mapas, antes da própria escrita até, e não está em questão esta asserção de cariz marcadamente civilizacional. Contudo a evolução da cartografia tem seguido cadências diferentes. Com os adventos científicos e tecnológicos, haverá razões para pensar que estaremos a viver um momento de desenvolvimento acelerado no tocante à produção de cartografia e à participação dos cidadãos na produção da mesma (2010). É, em todo o caso e visando um projeto de dominação, a partir do século XVI, que a cartografia assume uma importância até aí inusitada para a humanidade. Isso significa, por exemplo, ter em conta todos os mapas que foram elaborados em momentos anteriores da história, ter em conta que a produção cartográfica floresceu a partir deste momento, ou ter em conta aspetos de índole mais técnica, tais como o surgimento das pré-condições necessárias para esse próprio florescimento ou a própria necessidade/utilidade de representar algo (Wood 2010, 22–27). Isso não significa, em todo o caso, um sonegar da história ou um refutar que o excecionalismo europeu denotou aumentos significativos na produção cartográfica e conhecimento que se associa à cartografia. Significa, sim, reconhecer que já existia cartografia na China ou no denominado continente americano<sup>20</sup>, que a história da cartografia não é uma história europeia e ocidental.

## CONCLUSÕES

A cartografia tem servido para a representação do mundo, mas ainda para a construção de realidades. Os mapas geográficos são, marcadamente, instrumentos políticos, capazes de cunhar novas realidades ou suscitar novas linhas abissais. Uma herança significativa relacionada com a história da própria cartografia remete para as consequências advindas do ascendente ocidental no mundo que marcou os últimos 500 anos. Esse assomar ocidental teve na cartografia uma das suas principais ferramentas. Esse mapeamento do mundo foi realizado para fins de dominação, de suporte às suas narrativas de carácter macro que

19 Aqui entendido como momento histórico de sobressaliência europeia, uma fase expansionista que, com todas as consequências geradas, acarretou o desenvolvimento de diversas áreas do conhecimento.

20 Conferir, por exemplo, a compilação de Jordana Dym e Karl Offen em *Mapping Latin America* (2011).

entretanto emergiram, já que a escala de atuação foi alargada, algo que pode ser confirmado através de vários exemplos. Tal como é referido por Boaventura de Sousa Santos, a primeira linha abissal global moderna foi fundada pelo Tratado de Tordesilhas, que remetia para uma divisão do mundo em duas áreas distintas, repartidas por Portugal e Espanha (Santos 2007; Santos 2009). Esta divisão constituiu, como é óbvio, uma posição de poder apoiada pela Igreja Católica e da qual a cartografia foi subsidiária, já que a representou e a carregou de sentido. Outras linhas abissais globais se seguiram.

De forma homóloga foram instituídos os termos Norte Global e Sul Global, não geográficos, a partir de critérios económicos e culturais. Estas são entidades inventadas, que remetem para classificações particulares, mas que necessitam de mapas para que se afirmem, para que estabeleçam algum tipo denexo. À semelhança de outras conceptualizações e outros sistemas de classificação, também a relação Norte/Sul se faz pela desvalorização do segundo. São conceitos relacionais. A cartografia poderá, em sentido inverso, ela própria constituir uma ferramenta de questionamento de várias destas premissas tão fortemente enraizadas. Será um trabalho de crítica e de contraponto a muitos dos mapas cujo sentido foi naturalizado. É disso exemplo o mapa através, através do qual é afirmado que não deveria, de todo, existir Norte, exceto em oposição ao seu Sul. O mapa foi, por isso, colocado na sua “posição verdadeira”, e não da forma que o resto do mundo o gostaria de ter ou, presume-se, se habituou a ver a América Latina:



Mapa 1: "Upside-Down Map" de Joaquín Torres-García (1943)

Este é um mapa ilustrativo das convenções que há muito foram adotadas e que devem ser questionadas se se pensar que a cartografia representou um instrumento de dominação. É um mapa ilustrativo, também, de usos contra-hegemônicos e dos esforços desenvolvidos no seio da América Latina para o reclamar do seu papel no mundo. A ideia do autor foi exatamente o de evidenciar, através de um mecanismo visual, a importância do continente. Tal significa, necessariamente, um questionar da própria concepção de mundo detida até esse momento. Talvez só um mapa possa resumir, de forma tão completa, os inúmeros elementos envolvidos na complexa discussão em causa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alexander, David (2007), "Map That Named America Is a Puzzle for Researchers." Reuters. <http://www.reuters.com/article/2007/12/03/us-usa-map-idUSN0332239320071203?sp=true>.

Banks, Markus (2005), *Visual Methods in Social Research*. London: Sage Publications.

Borges, Jorge Luís. 1982. "Sobre O Rigor Na Ciência." in Jorge Luís Borges *História Universal Da Infância*. Lisboa: Assírio & Alvim.

British Library (2014), "Mapping History." <http://www.bl.uk/learning/artimages/maphist/mappinghistory.html>.

Dym, Jordana, and Karl Offen, (org) (2011), *Mapping Latin America: A Cartographic Reader*. Chicago: The University of Chicago Press.

Elden, Stuart (2013), *The Birth of Territory*. Chicago: University of Chicago Press.

Foucault, Michel (1997), "Of Other Spaces: Utopias and Heterotopias." in Neil Leach (org), *Rethinking Architecture: A Reader in Cultural Theory*, New York City: Routledge, 330–336.

Hessler, John W. (2008), *The Naming of America: Martin Waldseemüller's 1507 World Map and the Cosmographiae Introductio*. London: GILES.

Hess-Lüttich, Ernest W. B. (2012), "Spatial Turn: On the Concept of Space in Cultural Geography and Literary Theory." *Journal for Theoretical Cartography* 5. [http://meta-carto-semiotics.org/index.php?page=hess\\_luettich](http://meta-carto-semiotics.org/index.php?page=hess_luettich).

Kryger, John, and Denis Wood (2005), *Making Maps: A Visual Guide to Map Design for GIS*. New York: The Guilford Press.

Lester, Toby (2009), *The Fourth Part of the World: The Race to the Ends of the Earth, and the Epic Story of the Map That Gave America Its Name*. New York: Free Press.

Locke, John. (1689), *An Essay Concerning Human Understanding*. Book II: Ideas. <http://www.gutenberg.org/ebooks/10615>.

Said, Edward. (1978), *Orientalism*. New York: Vintage Books.

Santos, Boaventura de Sousa. (1987). "Law: A Map of Misreading. Toward a Postmodern Conception of Law." *Journal of Law and Society* 14 (3): 279–302.

Santos, Boaventura de Sousa (1988), "Uma Cartografia Simbólica Das Representações Sociais: Prolegómenos a Uma Conceção Pós-Moderna Do Direito." *Revista Crítica de Ciências Sociais* (24): 139–172.

Santos, Boaventura de Sousa (1994), *Pela Mão de Alice: O Social E O Político Na Pós-Modernidade*. Porto: Edições Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa (1995), *Toward a New Common Sense: Law, Science and Politics in The Paradigmatic Transition*. London: Routledge.

Santos, Boaventura de Sousa (2000), *A Crítica Da Razão Indolente: Contra O Desperdício Da Experiência*. Porto: Edições Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa (2004), "Do Pós-Moderno Ao Pós-Colonial E Para Além de Um E Outro." In *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra: Centro de Estudos

Sociais.

Santos, Boaventura de Sousa (2006), *A Gramática Do Tempo. Para Uma Nova Cultura Política*. Porto: Edições Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa (2007) “Para Além Do Pensamento Abissal: Das Linhas Globais a Uma Ecologia de Saberes.” *Revista Crítica de Ciências Sociais* (78): 1–55.

Santos, Boaventura de Sousa (2009) “Para Além Do Pensamento Abissal: Das Linhas Globais a Uma Ecologia de Saberes.” in Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses (org) *Epistemologias Do Sul*, Coimbra: Almedina, 23–72..

Santos, Boaventura de Sousa, and Maria Paula Meneses, (org) (2009). *Epistemologias Do Sul*. Coimbra: Edições Almedina.

Schmitt, Carl. (1950), *The Nomos of the Earth. In The International Law of Jus Publicum Europaeum*. Berlin: Duncker & Humblot.

Soja, Edward. (2009), “Taking Space Personally.” in Barny Warf and Santa Aria (org), *The Spatial Turn: Interdisciplinary Perspectives*, Oxon: Routledge, 11–35.

Weigel, Sigrid. (2009) ,“On the ‘Topographical Turn’: Concepts of Space in Cultural Studies and Kulturwissenschaften. A Cartographic Feud.” *European Review* 17 (1) (February 27): 187–201. doi:10.1017/S1062798709000659. <http://www.journals.cambridge.org/abstract/S1062798709000659>.

Wood, Denis. (2010), *Rethinking the Power of Maps*. New York: The Guilford Press.

Yee, Cordell D. K. (1994). “Reinterpreting Traditional Chinese Geographical Maps.” In *The History of Cartography. Cartography in the Traditional East and Southeast Asian Societies*, 2, Book2:35–70. Chicago: The University of Chicago Press.

